MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 124.255 **Rio Branco-AC, 19/04/2024.**

ASSUNTO: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, exercício de 2016.

A prestação de contas em referência, de responsabilidade da senhora **Andréa Laiana Coelho Zilio**, secretária à época, foi encaminhada tempestivamente a esta Corte de Contas, em 02/05/2017 (Resolução TCE/AC nº 87/2013, artigo 2º, §2º, II, "g").

O presente feito já foi objeto de manifestação deste *Parquet*, em três oportunidades (fls. 17/18, 799/802 e 1048/1052), ocasiões em que se verificou a execução de despesas, em 2016, decorrentes de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, da ordem de R$ 12.243.757,80, sendo, em sua maioria, ou seja, R$ 10.459.812,91, originárias do sétimo termo aditivo ao Contrato nº 27/2011, firmado com a Companhia de Selva de Criação e Produções Ltda., – CNPJ nº 02.236.978/0001-82, cujo objeto, em síntese, é a prestação de serviços de publicidade para órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual, por um período de 12 (doze) meses consecutivos (fls. 662/771).

Observou-se, também, que, no Processo nº 22.172.2016-01, convertido no de nº 139.017 - Prestação de Contas Anual da SECOM, exercício de 2015 (fls. 116/127), a área técnica apurou que o Contrato nº 27/2011, apresenta diversas inconformidades, inclusive superfaturamento nas publicações de atos oficiais, tendo em vista a existência de Atas de Registro de Preços, com vigência nos exercício de 2015 e 2016, tendo como Órgãos gestores, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre e este Tribunal de Contas, cujos preços registrados, para os mesmos serviços, revelam-se bem inferiores aos pactuados entre a SECOM e a contratada, o que foi endossado por este MPC (fls. 460/466) e pelos Membros da Corte (Acórdão nº 12.262/2021/Plenário).

Ademais, no Pronunciamento anterior (fls. 1048/1052) identificou-se que, o superfaturamento levantado pela 1ª IGCE, no Processo nº 22.172.2016-01 (Processo eletrônico nº 139.017, fl. 439), inclusive, foi corroborado por um dos implicados (Jornal a Tribuna), em sua defesa.

Diante de tais constatações e, considerando que as inconformidades verificadas no Contrato nº 27/2011 - Companhia de Selva de Criação e Produções Ltda., no exercício de

nforme
LIMA. o código 01331248.

2015, não foram corrigidas em 2016, tendo em vista que o sétimo termo aditivo, que embasou os pagamentos em tela, apenas prorrogou a sua vigência, mantendo as demais cláusulas, em sua integralidade (fls. 915/916) e, ainda, a existência de Atas de Registro de preços mais vantajosos à Administração opinou-se:

> [...]
>
> I - pela emissão de Acórdão, considerando **irregular**, a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM, exercício de 2016, de responsabilidade da senhora **Andréa Laiana Coelho Zilio**, secretária à época, com fulcro na alínea "b", inciso III, do art. 51, da LCE nº 38/93, em razão da prorrogação do Contrato nº 27/2011, em desacordo com a legislação pertinente (Lei nº 8.666/93, art. 57, II);
>
> II - pela aplicação da multa prevista no inciso II, do art. 89, da LCE nº 38/93, dosada a critério do Plenário, à senhora **Andréa Laiana Coelho Zilio**, em razão da prorrogação irregular do Contrato nº 27/2011 - Companhia de Selva de Criação e Produções Ltda., evidenciada neste Parecer, e;
>
> III - pela **instauração de tomada de contas especial**, nos termos do § 1º, do artigo 44, da LCE nº 38/93, com vistas a apurar possíveis danos ao erário e identificar os responsáveis, decorrentes da execução do sétimo termo aditivo ao Contrato n° 27/2011, firmado com a Companhia de Selva de Criação e Produções Ltda., vigente em 2016, diante das inconformidades apuradas no exercício de 2015 (fls. 1051/1052).

Após esta fase, a Relatoria determinou a citação da Secretária de Estado, à época, Sra. Andréa Laiana Coelho Zílio, para que comprovasse a vantajosidade do Contrato nº 27/2011, executado no exercício de 2016, tendo em vista as diferenças existentes entre o preço de mercado unitário médio, apontado pela área técnica (Processo eletrônico nº 139.017) e o efetivamente pago (fls.1070/1071).

Devidamente citada (fls. 1072/1074), a interessada acostou, intempestivamente, a peça de folhas 1082/1086, que foi acolhida pelo n. conselheiro Relator, Antonio Jorge Malheiro e encaminhada à Diretoria de Auditoria Financeira e Orçamentária - DAFO, para análise (fl. 1090).

O Processo foi incluído e retirado de pauta na Sessão Plenária nº 1.474ª do dia 16.12.2021 (fl. 1089).

A instrução conclusiva (fls. 1100/1106) acolheu a defesa, atestando a execução do sétimo termo aditivo ao Contrato nº 27/2011, em 2016, ratificando as análises anteriores.

O processo retornou a este Órgão, em 09/04/2024 (fl. 1110).

De acordo com as peças supervenientes (fls. 1082/1086), verifica-se que, para justificar os preços praticados no Contrato nº 27/2011 - Companhia de Selva de Criação e Produções Ltda., a defesa alega, em síntese, que a contratação deriva da Concorrência nº 085/2011 – CPL 02, por melhor técnica, fundamentada no Parecer PGE/PA nº 361/2017

nforme
LIMA. o código 01331248.

(Processo PGE. Net nº 2017.02.002516), que exige a obediência à Lei Federal nº 12.232/2010, inclusive para a prestação dos serviços de publicação de atos oficiais.

Assevera que as práticas para esse mercado são reguladas pela Lei Federal nº 4.680, de 1965, devendo os veículos de divulgação definir os próprios preços em tabela (própria), estando sujeitos a variações conforme a sazonalidade, condições específicas de cada publicação, e outras peculiaridades.

Argumenta que a comparação empreendida pelo órgão técnico em exercícios anteriores carece de premissas técnicas aptas a consubstanciar a existência de superfaturamento. Em seu entender, é inconcebível a comparação dos preços praticados entre o Contrato nº 27/2011 SECOM e o Contrato TCE/AC nº 22/2016, tendo em vista que os parâmetros de medidas são distintos, além disso, a SECOM não tem acesso aos processos de pagamentos realizados por Instituições vinculadas a outros Poderes, para ciência de eventual irregularidade perpetrada por veículos de comunicação, asseverando que houve pesquisa de mercado, junto a três fornecedores, sendo a proposta da contratada a mais vantajosa.

As razões de justificativa apresentadas não são capazes de sanar a impropriedade decorrente do Contrato nº 27/2011, pois são idênticas às apresentadas no Processo nº 22.172.2016-01, convertido no de nº 139.017 - Prestação de Contas Anual da SECOM, exercício de 2015, as quais foram rejeitadas pela área técnica (fls. 272/274, 287/288 e 318/327), que concluiu pela ocorrência de diversas inconformidades, no aludido instrumento, inclusive superfaturamento, nas publicações de atos oficiais, o que foi endossado por este MPC (fls. 460/466) e pelos Membros da Corte (Acórdão nº 12.262/2021/Plenário).

Ressalta-se que, os responsáveis pela Prestação de Contas da SECOM, exercício de 2015, senhores Gilberto Braga de Melo e Davi Cruz Sento-Sé, interpuseram Embargo de Declaração, contra o Acórdão nº 12.262/2021/Plenário, conforme se infere do Processo eletrônico nº 140.800, julgado em 07/03/2024, sendo o mesmo conhecido e desprovido, a saber:

> **ACÓRDÃO Nº. 14.563/2024/PLENÁRIO**
>
> EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. DESPROVIMENTO. Não havendo obscuridade e nem contradição a ser corrigida no Acórdão nº 12.262/2021/Plenário, julgam-se desprovidos os Embargos de Declaração opostos.
> Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1.554ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: 1) Pelo CONHECIMENTO dos Embargos de Declaração, opostos pelos Senhores Gilberto Braga de Melo e Davi Cruz Sento-Sé, e, no mérito, pelo seu DESPROVIMENTO, mantendo-se o Acórdão nº 12.262/2021/Plenário, uma vez que inexiste obscuridade, omissão ou contradição na decisão recorrida; e 2)

nforme o código 01331248.
LIMA.

> Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Ronald Polanco Ribeiro e José Ribamar Trindade de Oliveira. (Publicado no DEC. nº 2.257, do dia 03.04.2024).

Ademais, para a renovação do Contrato nº 27/2011, a pesquisa de preços apresentada pela defesa (fl. 1085) não se coaduna com o regramento vigente, pois fora realizada junto a três fornecedores, apenas, entre eles a própria contratada, cujos percentuais de descontos apresentados foram bastante divergentes.

Ressalta-se que, na prorrogação de contratos de prestação de serviços de natureza continuada [1], a definição do preço de referência constitui etapa fundamental, uma vez que a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração é requisito legal para tal prática (Lei 8.666/1993, art. 57, II, vigente à época)

A respeito desse requisito o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 1469/2019-Plenário, assentou que:

> [...] a renovação de contrato de serviços de natureza continuada, deve ser realizada com ampla pesquisa de preços, priorizando-se consultas a portais de compras governamentais e a contratações similares de outros entes públicos, utilizando-se apenas subsidiariamente a pesquisa com fornecedores. Nesse sentido são os acórdãos 713/2019, 1548/2018, 1604/2017, 718/2018 e 2787/2017, 403/2013, 1002/2015-Plenário. (Acórdão TCU nº 1469/2019-Plenário).

Em outras palavras, a pesquisa de preços não deve restringir-se a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, o que não foi observado pela origem, considerando que havia Atas de Registro de Preços, de certames realizados por outros órgãos, destinados a contratações semelhantes, com preços bem inferiores aos praticados no sétimo termo aditivo ao Contrato nº 27/2011.

Ante o exposto, considerando que as razões de justificativas apresentadas pela defesa (fls. 1082/1086) não são suficientes para modificar as considerações anteriores e, ainda, o teor do Acórdão TCE-AC nº 14.563/2024/Plenário, este PMC opina, pela manutenção do Parecer de folhas 1048 a 1052, por seus próprios fundamentos.

Anna Helena de Azevedo Lima
Procuradora

*Com a colaboração da auditora de Controle Externo Aurinete Vidal Soares.

[1] "Os serviços de publicidade podem ser considerados de natureza continuada, portanto, é legal a renovação sucessiva de contratos da espécie, por até sessenta meses, caso o instrumento pactuado preveja essa possibilidade" (Acórdão TCU nº 430/2008-Plenário).

nforme o código 01331248.
LIMA.